

**ANTÓNIO CIPRIANO PINHEIRO**

PROFESSOR EMÉRITO DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**JOSÉ PIMENTEL DE CASTRO COELHO**

PROFESSOR ASSOCIADO COM AGREGAÇÃO DO INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

# A agricultura e o desenvolvimento do Interior

Apesar de toda a evolução tecnológica nos mais diversos setores de atividade, ainda não houve inovação ou descoberta que conseguisse substituir o setor agrícola no que se refere à alimentação humana. Para além dos alimentos fornecidos pelo mar, é a agricultura, senso lato (pecuária, floresta e agricultura), que produz os alimentos que permitem a sobrevivência do reino animal, em geral, e dos seres humanos em particular.

Desde há milhões de anos que o *homo sapiens* e os seus antecessores se alimentam de plantas e animais. Desde a revolução agrícola, ocorrida há cerca de dez mil anos, que o *homo sapiens* deixou de unicamente procurar alimentos selvagens, passando, através da domesticação de plantas e animais, e usando as mais diversas técnicas, a tentar extrair da terra os alimentos de que necessita para sobreviver. De um modo geral, podemos dizer que o objetivo da agricultura tem sido sempre o mesmo: o de tentar produzir, no espaço limitado de terra capaz e disponível para tal, a quantidade de bens e serviços que maior bem-estar proporciona a quem a cultiva e habita.

À medida que as sociedades se foram urbanizando, foram-se distanciando do meio rural, e perderam a noção de onde e como se obtêm os alimentos que, mais ou menos transformados, lhe chegam à mesa. Aliás, a mais das vezes, o moderno consumidor urbano só toma verdadeira consciência de que os alimentos provêm da terra, aquando da ocorrência de catástrofes naturais que provocam a escassez de alguns produtos e, conseqüentemente, a subida dos seus preços.

No mundo desenvolvido e em muitos países em vias de desenvolvimento, a par com a saúde, a segurança social e a educação, a segurança alimentar constitui um dos pilares fundamentais das sociedades, sendo, portanto, um dever do Estado zelar para que as suas populações não sofram de

**Para atrair investimento**  
para o Interior, na agricultura  
ou em outro setor, é  
necessário criar-lhe  
condições favoráveis, o que  
exige do poder político  
conhecimento, capacidade e  
coragem para discriminar  
positivamente o Interior.

carência dos bens fundamentais à sua alimentação. A teoria da hierarquia das necessidades humanas de Maslow, assim o dita. Apesar disso, mesmo na União Europeia, milhões de crianças vivem em agregados com baixos rendimentos, sem condições e onde a fome ainda é frequente.

### **CARATERIZAÇÃO DO INTERIOR DO PAÍS**

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 22 de janeiro, o âmbito territorial do Programa Nacional para a Coesão do Território (PNCT) incide em 165 Municípios nacionais. A abordagem multicritério que esteve na base da classificação territórios de baixa densidade, agora territórios do Interior, engloba a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, a socioeconomia e as acessibilidades.

Durante o Estado Novo, e em grande medida ainda hoje, o modelo de desenvolvimento seguido considerava a indústria como o motor para o crescimento económico, sendo o papel fundamental da agricultura o de fornecer alimentos baratos para uma população pouco exigente. Os baixos preços dos alimentos permitiam à indústria pagar baixos salários para ser competitiva.

Comparando o Interior com o Litoral, podemos dizer que a população do Interior:

- tem menor rendimento *per capita*;
- tem níveis de escolaridade mais baixos;
- tem um nível de vida mais baixo;
- tem fortes incentivos ao êxodo e à emigração.

Entre 1960 e 2011, a população residente portuguesa aumentou aproximadamente 20%, passando de

8.292.500 para 10.047.621 habitantes. No conjunto dos territórios do Interior a tendência foi a inversa, verificando-se, para o mesmo período, uma perda na ordem dos 30% (PNCT). Ainda de acordo com o PNCT, Portugal concentra cerca de 60% da população na faixa costeira (0-25km), com uma densidade populacional média a rondar os 500 hab./km<sup>2</sup>. Se considerarmos a faixa dos 0-50km, aquele valor aumenta para quase 70% da população residente com uma densidade populacional média de cerca de 350 hab./km<sup>2</sup>. Assim, as grandes urbes do Litoral continuam a crescer desmesuradamente sofrendo em muitos setores os efeitos de economias de escala:

- o Interior corresponde a zonas sem condições de vida que fixem a população (fraca assistência médica, carência de boas escolas e outras infraestruturas que os centros urbanos já oferecem). O Interior continua, pois, a desertificar-se e, ano após ano, assistimos à diminuição da sua população rural. Apesar de tudo isto, assistimos à continuação do fecho de escolas, hospitais, postos de correios, bancos e outros serviços. É urgente estancar esta louca e prolongada agonia;
- o tecido empresarial do Interior é muito rarefeito (poucas empresas e de pequena dimensão). As grandes empresas, em igualdade de outras condições, eram e são atraídas para os grandes centros urbanos ou para zonas próximas, onde estão a maioria dos consumidores e onde têm ao dispor melhores infraestruturas (de transporte, comunicação e outros serviços) e mão-de-obra mais qualificada;
- no Interior, o setor de atividade mais importante foi e continuará a ser a agricultura, sendo que há ainda muitos recursos naturais (terra, água e sol) que não estão a ser

devidamente aproveitados, simplesmente, por não serem rendíveis nas condições atuais.

## **COMO DESENVOLVER O INTERIOR?**

O desenvolvimento do Interior passa, certamente, pelo desenvolvimento de todos os setores de atividade: agricultura, comércio, indústria e serviços. Cada um destes setores tem o seu papel a desempenhar, mas não haverá desenvolvimento sustentável se as atividades do setor primário (pecuária, agricultura, floresta, proteção da natureza, etc.) não se desenvolverem. Entendemos, mesmo, que o grande motor do desenvolvimento do Interior do País passa pelo desenvolvimento da agricultura e das agroindústrias.

Neste contexto, as empresas familiares, pela sua natureza e funções que desempenham têm um papel fundamental. Entre os muitos erros que a Política Agrícola Comum (PAC) cometeu, podemos apontar a falta de incentivos a este tipo de empresas, ou pelo menos com reduzido significado no passado.

Em regra, os investimentos na agricultura têm períodos de maturidade muito longos, pelo que é fundamental que haja estabilidade nas políticas. Se os objetivos continuarem a mudar sempre que mudam os quadros comunitários, isto fará aumentar o risco do investimento, o qual, por via da agricultura ser uma atividade, na maior parte dos casos, realizada a céu aberto, já é muito alto.

>